

TÍTULO: Elementos para um debate histórico e conceitual da cooperação no contexto das relações de produção capitalistas e a concepção do MST.

NOME DO AUTOR: Michelly Ferreira Monteiro Elias.

CONDIÇÃO: Aluna do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

I - INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal, problematizarmos o debate teórico acerca da cooperação, tendo como referência central, a análise marxista acerca dessa temática. Nesse sentido, buscaremos destacar a concepção de cooperação agrícola desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A partir disso temos como pressuposto que a cooperação é realizada nos espaços de produção agrícola dos trabalhadores rurais e camponeses, sendo organizada através de cooperativas, tidas como forma mais complexa de cooperação; assim como através de ações mais simples como mutirões, trocas de dias de serviços, lavouras coletivas, núcleos de produção, compra conjunta de máquinas e equipamentos.

Essa diversidade de formas coletivas de organização do trabalho, está presente nas experiências desenvolvidas e/ou incentivadas pelo MST, nos assentamentos em áreas de reforma agrária, que se situam por todo o país.

Atualmente além das ações espontâneas de cooperação agrícola e da existência de grupos coletivos, núcleos de produção e associações nos assentamentos, o MST está presente no debate mais específico sobre o cooperativismo, ou seja, sobre a organização de cooperativas, enquanto modelo de estrutura organizacional, que tem como proposta ser diferente, alternativo e de oposição.¹

II - O DEBATE TEÓRICO E CONCEITUAL DA COOPERAÇÃO E A CONCEPÇÃO DO MST

Considerando a diversidade presente na própria organização interna do MST, por ser um movimento nacional, de caráter popular, sindical e político; destacamos a

¹ CONCRAB. *Sistema Cooperativista dos Assentados*. São Paulo, Concrab, 1998. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 5)

cooperação agrícola no MST enquanto proposta que tem como uma das finalidades contribuir para o acúmulo de forças desse movimento social no contexto da luta de classes.

A cooperação produtiva, é elemento chave em nossa estratégia, pois combinados com os demais aspectos anteriormente citados, poderão criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, bem como permitir o florescimento de uma consciência social que ajude aos assentados a compreender a complexidade da luta de classes no país e gere condições para que estes se insiram na luta política em curso. (MST, 2006, p.7)

Nesse sentido, a proposta do MST é construir propostas de formas coletivas de organização do trabalho em que a luta política e a organização econômica sejam complementares. Mas essa concepção não anula o fato de serem desenvolvidas no contexto das relações de produção capitalistas, o que nos aponta para as contradições desse processo, que deve ser analisado a partir das condições objetivas determinadas por esse modo de produção.

No processo histórico do cooperativismo, identificamos em alguns autores de tradição marxista o debate sobre as contradições inerentes às experiências de trabalho coletivo coordenado pelos trabalhadores.

O debate sobre o cooperativismo realizado no movimento socialista do século XIX na Europa, tinha como preocupação central, as limitações impostas às experiências de trabalho cooperado, mas ao mesmo tempo identificava que as experiências de formas de produção alternativas ao capitalismo iriam se iniciar de forma inerente a esse próprio sistema.

O novo modo de produção se manifesta na própria estrutura do modo de produção vigente, na forma de mudanças qualitativas em aspectos essenciais deste, transfigurando-o crescentemente, até o momento da ruptura. Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração, que não é mais inteiramente o antigo mas ainda não é o novo. Como todo modo de produção novo nasce no interior do antigo, a fase de transição entre o capitalismo e o socialismo deve necessariamente caracterizar-se pelo surgimento de formas contraditórias, das quais as fábricas cooperativas são exemplos. (Germer, 2006, p.208)

Apesar de a cooperação alcançar as diversas dimensões da vida social, a organização da cooperação no espaço de realização da produção, inserido no processo de divisão social do trabalho, foi o que historicamente predominou.

As primeiras experiências no campo do cooperativismo surgiram a partir das ações de operários ingleses, que começaram a questionar e combater as condições de trabalho as quais estavam subjugados nas fábricas, no início do século XIX na Europa.

Nesse período as principais formas de luta e resistência desses trabalhadores, dos quais muitos estavam desempregados, era a realização de greves, a destruição de máquinas e a tentativa de formação dos primeiros sindicatos. A criação de cooperativas autogeridas pelos trabalhadores, também se constituiu em uma dessas ações dos trabalhadores, na luta pela sobrevivência.

Essas primeiras experiências se deram em dois campos. Houve concretamente a ocupação de fábricas falidas pelos trabalhadores, visando suprir o desemprego crescente entre os operários e ao mesmo tempo havia a elaboração de teorias utópicas acerca do socialismo (Fourier e Saint-Simon), tendo por referência algumas dessas experiências.

Um autor e ativista que teve grande influência nesta fase, elaborando propostas sobre a organização da produção foi Robert Owen. Ele propunha que as indústrias fossem colocadas sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho fossem repartidos igualmente. Assim, o owenismo se tornou influente no movimento de massas e muitos dos fundadores da que é conhecida como a primeira cooperativa moderna (Rochdale) eram seguidores de suas idéias.

Nessa fase inicial o fenômeno cooperativista, apresentava um caráter aparentemente revolucionário, por propor a democratização do processo produtivo. Mas com certo desenvolvimento das forças produtivas e com o avanço da luta do movimento socialista, que avançou da fase do socialismo utópico para o socialismo moderno, as experiências de cooperação passaram a ser identificadas a partir de diferentes perspectivas, inclusive por parte da classe proprietária dos meios de produção.

Com referência a essas primeiras experiências de cooperativismo, as propostas foram constituindo no seu percurso histórico uma forte presença no movimento operário, que inicialmente desenvolveu experiências com cooperativas urbanas. Apesar dessa relação, a cooperação e o cooperativismo não se formaram enquanto propostas de organização do trabalho exclusivos aos movimentos da classe trabalhadora.

Presente no espaço dos capitalistas, as primeiras experiências se deram no campo da comercialização, no período do século XIX na Europa, visando diminuir custos para os proprietários comerciais.

Essas propostas de cooperativismo, presentes em espaços que tinham por finalidade o aumento do lucro no processo de produção, adquiriram um caráter

puramente mercadológico. Essa tendência chamada de cooperativismo tradicional pelos estudiosos, se caracteriza por ser formada pela associação de pequenos e/ou grandes capitalistas, donos dos meios de produção, que visam através desse método de trabalho a maximização de seus lucros.

Analisando o contexto atual, vemos que o cooperativismo tradicional tem como centralidade do seu discurso a necessidade de industrialização e modernização das relações de produção no campo. Essa estratégia, aliada ao apoio do Estado, funciona como forma de manter o lucro dessas cooperativas, através principalmente da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores rurais e camponeses e da compra de sua força de trabalho.

De forma geral, as cooperativas agrícolas no Brasil seguem duas tendências distintas: uma considerada tradicional e uma outra de resistência. Esta primeira, identificada na maioria das vezes com a proposta de “industrializar” e “modernizar” as relações no campo, funciona como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista). (Silva, 2002, p. 234)

Já para os trabalhadores, a origem do cooperativismo está ligada à busca por melhores condições de vida, em que as principais experiências foram com cooperativas de consumo e de fábricas-cooperativas.

As iniciativas que mais foram analisadas por Marx e por autores de tradição marxista foram as fábricas-cooperativas, em que buscavam a partir dessas experiências, refletir sobre possibilidades de uma nova estrutura social. Em alguns estudos e debates sobre essa problemática Marx e Engels enfatizavam as diversas contradições e limites da cooperação condicionada pelas relações de produção capitalistas.

O eixo central do pensamento de Marx se constituiu na análise profunda sobre o modo de produção do sistema capitalista. O autor no decorrer dos seus estudos sobre as relações de produção tinha como pressuposto que ao se falar de produção era preciso falar de qual época histórica e de qual “grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais”² estava se falando. Por isso, definiu como seu objeto de estudo a “produção burguesa moderna”. Ao identificar a produção capitalista como sua questão principal de estudo, Marx a definiu fundamentalmente como produção

² MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

material. Assim, seu ponto de partida para esse estudo era a produção dos indivíduos socialmente determinada.

Marx apontou que ao analisar as diversas fases do sistema de produção, composta pela produção, distribuição, troca, consumo, os economistas clássicos viam a produção como ponto inicial; o consumo como ponto final e a distribuição e troca como meio-termo. Ele identificou nesse sentido, que esses economistas ao partirem do geral para suas análises, acabavam segmentando as fases componentes de um mesmo processo, ou seja, não conseguiam estabelecer as relações entre o comum e o específico, das fases do processo de produção.

Segundo Marx, quando as fases do sistema de produção eram vistas como um “silogismo correto”, em que a produção era a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; e o consumo, a individualidade; gerava-se uma articulação superficial. Essa deficiência, vinda do método de análise dos economistas clássicos, foi expressa principalmente pelo fato de que nessas circunstâncias, o consumo era visto como a própria finalidade.

Com isso, ele estava demonstrando a superficialidade das análises econômicas, que acabavam restringindo e camuflando a abrangência da economia, tão presente na vida social e política da sociedade. Para Marx, a melhor forma de entender o modo de produção capitalista burguês na sua radicalidade, era ver os diferentes momentos do processo de produção em sua unidade.

Por isso, entendia que produção era imediatamente consumo e consumo era imediatamente produção, onde um era contrário ao outro, mas também um não existia sem o outro.

Com essas indicações sobre o processo de produção, que fundamentou as conclusões sobre as formas de organização das relações de produção e das forças produtivas em sua essência, Marx sistematizou a partir do método materialista-dialético, a configuração da estrutura social capitalista.

...na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (Marx, 2003, p.5)

A preocupação central de Marx em pesquisar o capitalismo em sua essência, tinha como motivação principal, o comprometimento político em conhecer essa realidade para transformá-la, e para isso era necessário conhecê-lo em sua radicalidade. Por isso, na obra *O Capital* Marx se dedica de forma exaustiva ao estudo do capitalismo.

Assim, vemos que o marxismo é a teoria que mais nos proporciona elementos para análise da sociedade burguesa, tendo como principais leis de sua teoria sobre a produção social o fato de que a acumulação capitalista se dá com base na privação de capital da grande maioria da população e de que o desenvolvimento capitalista é uma contínua revolução das forças produtivas

Dentre os vários aspectos que Marx analisa em *O Capital*, o autor identifica a importância da cooperação para a negação do trabalho assalariado e dedica o capítulo XI do Livro I do Volume I a uma análise da cooperação capitalista.

Neste capítulo Marx se preocupou em analisar a cooperação capitalista, ou seja, a cooperação como uma estratégia de aumento de lucro para o capitalista, vendo-a como uma forma peculiar desse processo de produção. Por isso, chegou a concluir que “a cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista”, uma vez que era o capital que propiciava e viabilizava as condições para a realização do modo cooperado de trabalho entre os operários. Com isso, ele queria demonstrar a dependência da cooperação em relação ao capital nas referidas experiências que estava analisando.

Embora a centralidade de sua análise fosse essa, Marx também considerou que “ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve capacidade da sua espécie”; reconhecendo um sentido importante da cooperação para a formação da vida social das pessoas.

Marx se preocupou em entender a cooperação e cooperativismo tanto como forma de fortalecimento do capitalismo, como possibilidade de contribuir com o debate sobre outras formas de produção.

O discurso realizado por Marx no ano de 1864 em Londres, por ocasião do lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, demonstrou por exemplo, elementos da problemática que envolve os diferentes direcionamentos que a cooperação pode adquirir.

Vários autores clássicos de tradição marxista estudaram e debateram a questão da cooperação, em especial o cooperativismo. Um debate que predominantemente estava associado à possibilidade de construção do socialismo.

Karl Kautsky, autor do clássico *A questão agrária*, identificava o campesinato com uma situação de “atraso econômico e social” e que por seu modo de vida, o camponês era acima de tudo produto de uma cultura extremamente individualista. O autor defendeu duas idéias centrais em relação à cooperação agrícola: a de que o cooperativismo só teria condições de ser realmente desenvolvido pelo proletariado e de que a concretização plena do cooperativismo só iria se realizar no contexto do socialismo.

Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Mas então ela será socialista. (Kautsky, p. 149, 1980)

Em suas análises, Lenin também se deteve aos limites e contradições da cooperação e do cooperativismo, relacionando-a com a possibilidade de construção de outro modo de produção. Para ele a cooperação tinha mais funcionalidade para o capitalismo, aumentando a produtividade do trabalho, do que para luta pelo socialismo. Assim, as experiências de cooperativismo desenvolvidas pela classe trabalhadora, ficavam muito restritas a conquistas pontuais e não tinham condições de enfrentar e/ou substituir as relações de produção capitalistas.

Considerando a temática da cooperação e do cooperativismo, a partir da história de organização política da classe trabalhadora, identificamos que esta se coloca como problemática constituída no espaço das contradições da realidade social.

Geralmente associada a um discurso de melhoria das condições de vida, de valorização da pequena economia e de possibilidade de humanização do capitalismo, o tema da cooperação está presente atualmente em diversos espaços. Os princípios e fundamentos que são difundidos e elaborados atualmente por um conjunto de intelectuais que vêem a “produção não capitalista” como uma das alternativas que compõe o quadro de reformas necessárias ao capitalismo; se colocam a nosso ver, como contraponto a uma análise marxista da cooperação e do cooperativismo.

Essa tendência situa o debate da cooperação no campo da construção de alternativas, entendendo que as "formas de produção e distribuição de bens e serviços alternativos às formas capitalistas são fundamentais para o enfrentamento da exclusão social e à globalização neoliberal".³

³ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Segundo Santos (2001), as alternativas se configuram como "práticas e teorias que desafiam o capitalismo" e são "transformações graduais que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista".

Os seus principais apontamentos são de que é uma tarefa urgente construir "alternativas econômicas concretas que sejam emancipatórias e viáveis", mas que sejam diferentes das experiências socialistas que foram realizadas na Europa, principalmente a partir do início do séc. XIX, após a revolução de 1917.

Segundo alguns autores, a concepção de produção não capitalista, é a base teórica da chamada economia solidária. De acordo com Paul Singer (2001), duas são as características principais que constituem uma economia de caráter solidário: a empresa solidária nega a separação entre trabalho e capital e na empresa solidária não há lucro.

A modalidade básica de economia solidária é a cooperativa de produção, mas segundo seus estudiosos, outros tipos de economia solidária também existem como as cooperativas de consumo; cooperativas de comercialização e cooperativas de crédito.

A economia solidária é configurada por Singer (2001) como um modo de produção, baseado nos princípios do cooperativismo, que está inserida na formação social capitalista. Mas que se apresenta como uma expressão de alternativa real ao capitalismo, pois possibilita a socialização dos meios de produção e o uso desses para a geração de um produto social. O surgimento desse debate da economia solidária no Brasil se deu em 1981/1983, como resposta a crise de muitas empresas. As experiências se iniciaram com o apoio de sindicatos a grupo de trabalhadores que foram assumindo a autogestão de empresas falidas.

Apesar de a economia solidária ter tido sua gênese no Brasil a partir de experiências com cooperativas urbanas, atualmente várias são as experiências que são identificadas como economia solidária. Ao trabalhar com estudos de caso de economia solidária no Brasil, Singer aponta o trabalho realizado pelo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Cáritas, através dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), dentre outros.

Essa análise envolve um volume diverso de Organizações sociais e experiências que são identificadas por Singer como de caráter de economia solidária, desconsiderando nesse sentido questões pertinentes quanto às muitas diferenças sociais, políticas e econômicas que existem entre essas. Isso aponta para uma superficialidade

teórica da questão, em que se leva a associar uma política de cooperativismo com “um processo de construção de produção não capitalista”, desconsiderando assim as determinações das formações históricas e sociais e as contradições que são inerentes ao sistema de produção capitalista.

III - CONSIDERAÇÕES

Com base nesse debate, gostaríamos de destacar as diferenças metodológicas e políticas entre as diversas concepções acerca da cooperação agrícola, o que apontamos ser relevante destacar, uma vez que essa problemática tem sido tratada com certa superficialidade, motivo pelo qual atualmente quase todas as iniciativas de cooperação e cooperativismo, parecem ser enquadradas de forma homogênea em experiências de economia solidária.

A omissão das distinções expostas é uma deficiência grave da abordagem de Singer, mas é o que lhe permite falar em cooperativismo de modo genérico e renunciar a qualquer tratamento teórico do fenômeno cooperativista, colocando em pé de igualdade cooperativas de diferentes tipos e juntando a elas os pequenos produtores autônomos e pequenos capitalistas falidos, ao lado de iniciativas meramente assistenciais destinados a trabalhadores desempregados (Singer, 1998. p. 122-125 e 131-139). Com isto perde-se completamente o sentido histórico do fenômeno. (Germer, 2006, p.206)

A partir das diversas dimensões e tendências de análise em torno da temática, é necessário termos como referência elementos de reflexões com base fundamentalmente histórica para realização de uma análise crítica da realidade.

Por isso, entendemos que a proposta desenvolvida pelo MST vem se constituindo a partir do seu processo de formação enquanto movimento social popular, inserido no contexto das lutas sociais e apontamos que a característica fundamental de sua concepção é pensar a cooperação agrícola como forma de contribuir para o avanço da luta política e econômica dos trabalhadores rurais, a partir de uma perspectiva crítica do processo da luta de classes.

Identificamos que a cooperação agrícola no MST é um dos elementos das diversas frentes de atuação desse movimento social, ou seja, o debate sobre a luta de classes e a superação da sociedade capitalista, não se resume às experiências de formas

coletivas de organização do trabalho, mas se encontra no todo orgânico da luta política desse movimento.

Considerando as contradições inerentes ao processo de cooperação agrícola e a história da formação do MST enquanto movimento social, consideramos que a cooperação agrícola no MST faz parte de uma realidade que se constitui enquanto totalidade complexa e contraditória.

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCRAB. *Sistema Cooperativista dos Assentados*. São Paulo: Concrab, 1998. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 5)

CRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletivas de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. Paraná, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

GERMER, Claus. “A “economia solidária”: uma crítica marxista.” In: *Revista Outubro*, São Paulo, nº. 14, 2006.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O Capital. O processo de produção do capital*. Livro 1. Vol. 1. 13ªed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

MST. *Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Documento interno, s/d.

_____. *Os assentamentos no centro de nossas ações*. Documento interno, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Tânia Alves da. “Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST.” In: *Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, nº.19, 2002.